

União e PBH acertam mais recursos para a capital

Ministro Alexandre Padilha diz que o presidente pretende visitar o estado no dia 26 para anunciar recursos em obras viárias e habitação no terreno do aeroporto Carlos Prates

Lula virá a Minas anunciar investimentos no estado

Bruno Nogueira e Thiago Bonha

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, está cumprindo extensa agenda em BH e região metropolitana ontem e hoje. Ele informou que está preparando a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Minas Gerais, no próximo dia 26, para anunciar recursos para o estado. "Lula já determinou à sua equipe de ministros, equipe da agenda, que ele quer vir aqui ainda no mês de setembro para fazer um anúncio detalhado de todas as obras de Minas Gerais incluídas no novo PAC [Programa de Aceleração do Crescimento]", informou. Segundo ele, são investimentos em estradas, incluindo construção de sete viadutos o Anel Rodoviário, para a área do extinto aeroporto Carlos Prates, que será transformado em um bairro da capital, e para restauração do patrimônio histórico.

O presidente Lula está há muito tempo querendo vir. Já de terminei que os ministros viessem, eu estou vindo nesta semana e já tem outros programados para vir nas próximas semanas", disse Padilha também.

Padilha se reuniu com o prefeito de Belo Horizonte (PBH), Fuad Noman (PSD) para tratar do repasse do terreno do aeroporto Carlos Prates, na Região Noroeste da capital. "A primeira etapa será a preparação [da área do aeroporto], começar o plantio de árvores, recuperação das quadras de esporte, campo de futebol e mapeamento de áreas para que possamos construir", afirmou Fuad.

O custo estimado pela PBH para transformar a área em um bairro, com toda a infraestrutura necessária, está estimado em R\$ 1,3 bilhão pela obra completa. Os recursos serão provenientes do programa Minha Casa, Minha Vida, do PAC e da iniciativa privada. O dinheiro relativo ao programa habitacional do governo federal já está garantido. "Na segunda parte, construir LPA, posto de saúde e escolas. E na última etapa construir as casas que é o mais importante", detalhou Fuad sobre todo o processo.

Recentemente, 22 vereadores de Belo Horizonte se reuniram publicamente em apoio a manutenção do aeroporto no local. Ao ser questionado se a desativação poderia causar problemas na Câmara Municipal, Fuad afirmou que a decisão é do governo federal. "Quando fiquei sabendo que o aeroporto ia ser fechado definitivamente [pelo governo federal], fui ao ministério saber o que iriam fazer com o terreno", afirmou o prefeito.

Ele ainda afirmou que o go-



THEO SARAIVA/IMZ/DA PRESS

O prefeito Fuad Noman recebeu o ministro Alexandre Padilha na sede do Executivo municipal



THEO SARAIVA/IMZ/DA PRESS

“Vamos fazer o primeiro convênio com o Dnit para construir o primeiro dos viadutos do Anel Rodoviário. O primeiro será na BR-040, pois o projeto já está pronto. Será feita a licitação no decorrer de outubro. A expectativa é que possamos começar a obra logo depois da chuva, talvez em abril ou, no mais tardar, março”

Fuad Noman, prefeito de Belo Horizonte

verno do ex-presidente Jair Bolsonaro tinha como intenção vender a área para a realização de um grande empreendimento imobiliário, o que não era bem-visto por ele. "A prefeitura viu naquele espaço uma oportunidade de construir um novo bairro para melhorar a vida daquela comunidade", comentou. As obras devem ser iniciadas assim que Lula assinar o documento que repassa a terra ao município, o que está previsto para acontecer em sua visita no final deste mês.

Fuad aproveitou para solicitar a atenção que Padilha e outros ministros, como o dos Transportes, Renan Filho (MDB-AL), deram a antiga demanda da capital minei-

ra. "Pela primeira vez nestes últimos 20-30 anos que temos lutado pelo Anel Rodoviário nós vamos concluir os oito viadutos no tempo que for possível", celebrou o prefeito.

ZEMA Hoje, Padilha deve se reunir com governador em exercício de Minas, Mateus Simões (Novo), na visita ao Hospital Mário Penna, para acompanhar as obras de reforma de 10 enfermarias do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele negou que o governo Lula tenha relação com o governo Zema, que tem se esquivado de encontros com autoridades federais ligadas à gestão petista. "Da nossa parte será sempre a melhor relação possível.

Passada a eleição a gente reconhece muito o papel das urnas. O que nos interessa é a parceria, a ação conjunta", disse Padilha, reforçando que sempre terá muito respeito independente da posição de governadores e prefeitos.

O presidente quando determinou que a gente criasse a Secretaria Especial de Assuntos Federativos sempre disse: "Vocês podem perguntar tudo, menos qual o partido, qual a posição". Sabemos que o que importa nessas parcerias é o atendimento à população. Tenho certeza absoluta que todo investimento que o presidente Lula vai fazer em Minas Gerais não é relação fria com ninguém", completou.

Presidente participa de cúpula em Cuba

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula chegou no fim da tarde de ontem a Havana, capital de Cuba, para participar, hoje e amanhã, do encontro de cúpula do grupo de países G77 e a China, que reúne 135 países em desenvolvimento. A China dá suporte financeiro e político ao grupo, que foi criado em 1964, com 77 países-membros. Foi ampliado e, atualmente, é composto por 134 nações em desenvolvimento do sul global pertencentes à Ásia, África e América Latina. A união do bloco com a China ocorreu nos anos 1990. Este ano, sob a presidência de Cuba, o encontro do G77 + China terá o tema "Desafios Atuais do Desenvolvimento: Papel da Ciência, Tecnologia e Inovação".

O secretário de Assuntos Multilaterais Políticos do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Carlos Márcio Cozende, esclareceu que o Brasil foi um dos fundadores desse grupo e comentou a atuação dos países nos dias atuais. "O grupo não tem tanta participação nos temas mais diretamente ligados à política, segurança. A atuação mais ativa é nas temáticas econômicas e sociais das Nações Unidas. É uma maneira dos países em desenvolvimento adquirirem um poder de barganha mais amplo".

Em um briefing à imprensa, nesta quinta-feira (14), em Brasília, o diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, ministro Luciano Mazza de Andrade, adiantou os termos da declaração que deve ser aprovada pelos chefes de Estado participantes do encontro, no fim de semana. De acordo com o diretor do MRE, os termos da declaração foram negociados, praticamente na íntegra, em Nova Iorque e aprovados previamente pelas delegações, no começo dessa semana.

Reforço na articulação com o Congresso

Durante sua visita a Belo Horizonte, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), responsável pelas articulações do governo Lula com o Congresso Nacional, disse que esta é uma função de enfrentar desafios novos do dia a dia que as trocas na Esplanada do Ministério reformam o primeiro escalão para enfrentar as dificuldades. Em agenda na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), ontem, ele destacou a força do governo e entre os parlamentares. Padilha afirmou que todas as "forças democráticas" responsáveis por reequilibrar o país após os atos golpistas de 8 de janeiro em Brasília estão dentro do primeiro escalão do governo, com um peso simbólico muito grande.

"Sou experiente, já fui ministro da coordenação política no primeiro e no segundo governos Lula. Se eu quisesse tranquilidade, ia para um spa, a escolher uma fazenda aqui em Minas Gerais, tomar um café e doce de leite. Sei que ali (Con-

gresso) não é lugar de spa, é montanha-russa", disse. Lula empossou o deputado federal Andréia Rufina (PP-MA) no Ministério do Esporte, no lugar da campeã olímpica Ara Moser, e os também deputados Sílvio Costa Filho (Repúblicanos-CE) no Ministério de Portos e Aeroportos, na vaga de Márcio França (PSB), aliado do vice-presidente Geraldo Alckmin. Os dois parlamentares são filiados de partidos que fizeram campanha para o ex-presidente Jair Bolsonaro. As legendas afirmam que pretendem seguir de maneira independente.

Questionado se a relação do governo com o Congresso Nacional continuaria complicada mesmo com os novos ministros, Padilha ressaltou a força do Executivo. "O governo aprovou tudo que estabeleceu como prioritário no primeiro semestre. Tudo que a gente queria aprovar, conseguimos. Antes mesmo de começar o governo, aprovamos a PEC da Transição. Se

eu posso vir aqui em Minas Gerais falar de investimentos do Bolsa Família, Mais Médicos, reajuste das bolsas de pesquisadores, é porque aprovamos antes de começar o governo, uma PEC", destacou.

ARRECAÇÃO Padilha se reuniu com o presidente do Congresso Nacional, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com disse ter firmado o compromisso de aprovar os projetos que compensam estados e municípios por perdas de arrecadação provenientes do Fundo de Compensação de Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (CMS). Ele declarou que essa perda de arrecadação, que fez com no fim de agosto prefeituras do Brasil inteiro fechassem as portas em protesto, foram causadas por uma "bomba tributária federativa" causada pela gestão de Jair Bolsonaro.

Segundo ele, o encontro com Pacheco em Belo Horizonte tratou da viagem junto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para

Nova York, nos Estados Unidos, e de votações referentes a assuntos de interesse dos estados e municípios. "Que o Senado possa pautar o mais rápido possível. Tem esse compromisso do presidente Pacheco, antes mesmo da Câmara votar, esse apoio tão decisivo aos municípios, que é uma compensação dessa bomba tributária federativa feita pelo governo anterior que o presidente Lula está desarmando", disse Padilha à imprensa.

O ministro ainda reforçou o que foi dito por Lula sobre o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), destacando que nenhuma cidade terá um repasse menor do que em 2022. Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM), o FPM é a principal receita de 7 em cada 10 municípios. "Estamos destinando, nesse projeto aprovado pela Câmara, um valor de R\$ 23 bilhões referente a julho, agosto e setembro. Caso até dezembro não tenhamos uma decisão, nós vamos garantir a compensa-

ção adicional", completou.

Na noite de quarta-feira, os deputados aprovaram um projeto de lei complementar (PLC). Somente o CMS, a estimativa é que sejam compensados um total de R\$ 27 bilhões. O projeto enviado pelo governo Lula é resultado de um acordo entre a União e os estados após vários conseguirem limitarem no Supremo Tribunal Federal (STF) de terminando o pagamento de compensações maiores do que as previstas na Lei Complementar 194/22, apresentada por Bolsonaro e que reduziu aliquotas de CMS.

"Graças à decisão do presidente Lula e ao esforço da Câmara dos Deputados, conseguimos aprovar a antecipação dessa compensação. Então, R\$ 10 bilhões que estavam previstos para 2024 foram antecipados para serem repassados aos estados e municípios ainda este ano", disse o ministro Padilha. O texto aprovado na Câmara agora segue para o Senado e deve ser aprovado até o fim de setembro.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 3